



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Abril / 2023 - Base: 2022

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL	2
2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS	4
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	5
4. POLÍTICAS PÚBLICAS	10
4. I – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	10
4. II – PROGRAMAS DE GOVERNO	11
4.III - FONTE DE RECURSOS PARA CUSTEIO DAS OPERAÇÕES.....	12
4.IV – OUTRAS ATIVIDADES DE FOMENTO	13
5. METAS RELATIVAS AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	14
5.I PLANO DE NEGÓCIOS	14
5. II PROGRAMA DE GOVERNO – LINHAS DE FINANCIAMENTO	15
6. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	26
7. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	29
7. I – GOVERNANÇA	29
7.II - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	33
7.III – LIMITES OPERACIONAIS E DE APETITE POR RISCO	38
7.IV – FATORES DE RISCO	39
8. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS.....	40
8.I - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	40
8.II - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS	41
9. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES.....	43



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. subscreve a presente Carta Anual e a divulga conforme rege a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no seu art. 8º, incisos I, III e VIII, com o fito de explicitar os compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas e informações relevantes referentes à governança corporativa da Agência.

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

- ✓ CNPJ 15.163.587/0001-27. NIRE 293.0000.6831;
- ✓ Sede: Salvador / Bahia;
- ✓ Tipo de empresa estatal: sociedade de economia mista integrante da estrutura da Administração Pública Indireta do Estado da Bahia;
- ✓ Acionista controlador: Estado da Bahia;
- ✓ Tipo societário: sociedade anônima;
- ✓ Tipo de capital: fechado;
- ✓ Capital social: R\$ 588.225.390,44 (quinhentos e oitenta e oito milhões, duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos), representado como segue no quadro abaixo:

QUADRO 1: Composição do Capital Social

Ações Ordinárias		Ações Preferenciais			
		Com direito a voto		Sem direito a voto	
Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)
46.967.001.107	205.918.617,58	23.001.113.490	100.844.366,92	64.197.425.601	281.462.405,94

- ✓ Abrangência de atuação: estadual;
- ✓ Setor de atuação: financeiro;



✓ Diretoria Colegiada:

Nome	Área
Paulo de Oliveira Costa	Diretor Presidente e Diretor de Administração e Finanças (em substituição)
Agenor Barreto Martinelli Braga	Diretor de Desenvolvimento e Negócios
Marko Svec Silva	Diretor de Operações

✓ Auditores Independentes:

RUSSEL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CNPJ: 13.098.174/0001-80

Alameda Santos, 1165 – Jardim Paulista

01419-002 – São Paulo, SP

Brasil

<https://russellbedford.com.br>

✓ Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa:

Nome
João Batista Aslan Ribeiro - Presidente
Antônio Félix Macedo Mascarenhas
Cícero de Carvalho Monteiro
Francisco Alfredo Marcílio de Sousa Miranda
Frederico Matos de Oliveira
Marcelo Borges Weckerle
Paulo de Oliveira Costa
Sérgio Dourado Gaspar



2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A nasceu da transformação do extinto Desembanco – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, criado pela Lei Estadual nº 2.321, de 11 de abril de 1966, e transformado em agência de fomento pela Lei Estadual nº 7.133, de 21 de julho de 1997, alterada pela Lei Estadual nº 7.935, de 9 de outubro de 2001. Para seu pleno funcionamento, a Desenbahia observa ainda as Leis Federais nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, demais leis aplicáveis às atividades que empreende, as normas estabelecidas no seu Estatuto, em particular, as Resoluções do Banco Central do Brasil atinentes às ações das agências de fomento, especialmente, a Resolução BACEN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e os instrumentos regulamentadores dos fundos que administra.

A Agência tem por objeto apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social no estado da Bahia, mediante a concessão de empréstimos e financiamento de capital fixo e de giro, bem como prestar garantias e serviços de agenciamento financeiro, de administração de fundos de desenvolvimento e de consultoria, notadamente aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

De acordo com a Lei Estadual nº 14.381, de 03 de novembro de 2021, que trata das Diretrizes Orçamentárias para 2022, em seu Artigo 104, a concessão de crédito mediante financiamento por agência financeira oficial de fomento do Estado, além da sua compatibilização com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual 2020-2023, observa as seguintes linhas de aplicações visando estimular e apoiar:

I - o microcrédito, de forma direta ou indireta, através de instituições operadoras de microcrédito, possibilitando a manutenção e a ampliação das alternativas de trabalho para a parcela mais carente da população com dificuldade de acesso a créditos junto a instituições financeiras;

II - as micro e pequenas empresas, possibilitando a criação e a manutenção de empregos e a geração de renda;

III - as unidades agrícolas e agroindustriais de base familiar, individuais ou organizadas em aglomerações produtivas;

IV - as atividades de produção agrícola, agroindustrial, industrial, comercial e de serviços, que pretendam implantar-se no estado ou ampliar seus parques já instalados no estado;

V - o empreendedorismo;

VI - o cooperativismo e o associativismo;

VII - as empresas inovadoras em tecnologia nas áreas de energia, biotecnologia, tecnologia da informação, fármacos, nanotecnologia, biocombustíveis, engenharia de produtos e processos, serviços e transportes, segurança e acessibilidade;



VIII - os empreendimentos situados em Municípios pertencentes aos territórios de identidade na região do semiárido;

IX - a implantação, recuperação, ampliação e modernização de equipamentos e serviços turísticos, bem como a renovação da frota de táxi do estado;

X - a modernização de transportes públicos prestados por meio de concessão, permissão ou autorização e parceria público-privada;

XI - a implantação de empreendimentos de relevante interesse para o desenvolvimento econômico e social;

XII - os municípios para implantação de serviços públicos e infraestrutura, modernização da gestão municipal e aquisição de máquinas pesadas e ambulâncias;

XIII - os investimentos de maior porte que contribuam para a ampliação e diversificação da matriz produtiva estadual, bem como para a consolidação do desenvolvimento sustentável da economia baiana.

XIV - os serviços de saúde;

XV - os investimentos em saneamento, barragens e poços para ampliação do abastecimento de água e tratamento de esgoto;

XVI - as empresas com maior capacidade de geração de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS;

XVII - o fortalecimento das cadeias produtivas estratégicas;

XVIII - os projetos de agricultura de baixo carbono;

XIX - os investimentos em geração de energia para aumento da produção;



XX - os investimentos em comunicação e banda larga.

A agência financeira oficial de fomento do Estado poderá, ainda:

I - prestar garantias, fianças ou avais;

II - realizar os estudos técnicos que visem auxiliar a implementação de empreendimentos públicos ou privados relacionados ao desenvolvimento econômico e social da Bahia.

Além da concessão de crédito, a Desenhahia ainda executa outras atividades de fomento social e econômico da Bahia. Uma dessas atividades é a de gestão de fundos. Quatro fundos são atualmente geridos pela Agência: o Fundese, o FGBP, o FGAP e o Fundurbano; Este em processo de extinção.

Fundese – Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico

A Desenhahia é a gestora financeira do Fundese, cumprindo-lhe formular suas linhas operacionais de financiamento e seu orçamento anual, em consonância com o Plano Plurianual do Estado e com a aprovação do Conselho Deliberativo do Fundo.

Criado com o objetivo de prestar apoio financeiro a programas voltados para o desenvolvimento social e econômico da Bahia, o Fundese é uma fonte fundamental de recursos para as operações de crédito realizadas pela Desenhahia. O fundo disponibiliza recursos para apoiar empreendimentos do setor privado que se enquadram nos programas e diretrizes de desenvolvimento do Governo do Estado.

Registra-se que mesmo o Fundese não visando primariamente a obtenção de lucro nas suas operações, a Desenhahia, como gestora do mencionado fundo, submete todas as solicitações de operações de financiamento aos mesmos processos de avaliação de análise e risco de crédito e de governança corporativa que emprega para as operações que compõem a sua carteira. Em Políticas Públicas e de Governança Corporativa



função das atividades que realiza, a Desenhbahia faz jus a uma taxa de administração calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo. É essa taxa anual, apropriada mensalmente, que permite à Desenhbahia arcar com os respectivos custos operacionais/administrativos relacionados às operações deste fundo.

Em 2022, os recursos do Fundese foram direcionados para todos os setores da economia, exceto o setor público, conforme dispõem os normativos que o regem. O valor total liberado em operações de financiamento foi de R\$ 94,5 milhões.

FGBP – Fundo Garantidor Baiano de Parcerias

O FGBP teve a sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e tem como competência essencial a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude de contratos de Parceria Público-Privadas (PPPs). Esses contratos devem ser celebrados sob as condições da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, e precisam tratar de projetos previamente aprovados pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas.

O Relatório da Administração do FGBP é emitido anualmente, juntamente com as demonstrações financeiras, devidamente auditadas e com parecer do auditor independente.

No ano em análise, o FGBP manteve-se prestando garantias a quatro projetos de concessão patrocinada: (i) Implantação e Operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas; (ii) Operação, Manutenção e Revitalização do Sistema Viário BA-052 e a Construção de Ponte-Travessia sobre o rio São Francisco entre os Municípios Baianos de Xique-Xique e



Barra; (iii) Execução das Obras e dos Serviços necessários à Construção e Manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica; e (iv) Implantação e Operação do VLT do Subúrbio. Em dezembro de 2022, o valor do fundo comprometido com esses quatro projetos somava R\$ 211,7 milhões.

No exercício em apreço, não houve honra de garantias com os recursos do FGAP para nenhum dos quatro projetos.

No final do ano, o saldo disponível do fundo alcançou R\$ 288,7 milhões e o saldo dos direitos a receber por conta de garantias honradas somou R\$ 34,4 milhões. A relação patrimônio disponível / garantias ficou em 1,363.

FGAP – Fundo Garantidor para Aporte da Ponte

A Lei Estadual nº 14.290, de 12 de janeiro de 2021, autorizou a criação do FGAP, com a finalidade de prestar garantia de pagamento do aporte de recursos assumido pelo parceiro público estadual no contrato de PPP, na modalidade de concessão patrocinada, para execução das obras e dos serviços necessários à Construção, Operação e Manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica.

O Relatório da Administração do FGAP é emitido anualmente, juntamente com as demonstrações financeiras, devidamente auditadas e com parecer do auditor independente.

Em fevereiro de 2022, cumprindo o que está estabelecido no contrato de concessão relativo ao Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica, o Estado da Bahia efetuou subscrição de cotas no valor de R\$ 250 milhões no fundo.

No final do exercício, o saldo disponível do FGAP somou R\$ 569,5 milhões e a relação patrimônio disponível / garantias ficou em 1,139.



4. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Desenhahia é uma instituição financeira que atua em todo o estado da Bahia e que procura oferecer serviços financeiros adequados às diferentes necessidades dos agentes produtivos, desde aquele menos assistido pelo sistema financeiro até os responsáveis por empreendimentos estruturantes da economia estadual, inclusive à administração pública municipal da Bahia.

4. I – Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico 2020-2027 (PE 2020-2027) da Desenhahia foi preparado em 2019, apoiando-se na metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida por Robert Kaplan e David Norton e conhecida por Balanced Scorecard (BSC). Na oportunidade, foram definidos os seguintes propósitos para a Agência:

Missão: *Viabilizar soluções financeiras e técnicas que promovam o desenvolvimento sustentável e melhorem a vida da população baiana.*

Visão: *Até 2027, ser reconhecida como uma Agência de Fomento ágil na concessão de crédito, atendendo às demandas da Sociedade Baiana.*

Estratégia: *Transformar-se em Agência de Fomento Digital, ampliando sua atuação em soluções que agreguem valor.*

Valores identificados como aqueles praticados ou a serem fortalecidos:

- *Agilidade;*
- *Compromisso com o cliente;*
- *Comunicação assertiva;*
- *Espírito inovador;*
- *Honestidade;*
- *Orientação para resultado;*
- *Visão sistêmica.*



4. II – Programas de Governo

O programa de Governo previsto no Plano Plurianual - PPA 2020-2023 no qual a Desenbahia atua diretamente é o Programa Gestão Governamental, especificamente para o alcance do compromisso “promover política articulada de investimentos públicos e de atração de inversões privadas para a expansão, diversificação e desconcentração espacial da base econômica estadual, orientada por diretrizes estratégicas de transformações estruturais contidas no planejamento de longo prazo para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável”. Através da iniciativa de disponibilizar 18 linhas de financiamento para projetos de investimentos em setores considerados estratégicos, a Desenbahia busca contribuir para o desenvolvimento socioeconômico baiano. No ano em apreço, a Agência colocou à disposição do mercado mais do que 18 linhas de financiamento, tendo liberado recursos por meio de 32 das linhas disponibilizadas.

O Fundese também apoia o mesmo compromisso vinculado ao Programa Gestão Governamental, como visto para a Desenbahia. As iniciativas do Fundese são duas: i) disponibilizar pelo menos 12 linhas de financiamento para implantação e ampliação de empreendimentos em setores considerados estratégicos e; ii) realizar estudos técnicos que visem a implantação de empreendimentos públicos e privados relacionados ao desenvolvimento socioeconômico (pelo menos um estudo técnico no quadriênio 2020-2023). No ano de 2022, foram colocadas à disposição do mercado mais de 12 linhas de financiamento, tendo tido recursos liberados por meio de nove dessas linhas. Sobre a segunda iniciativa, não houve demanda para realização de estudos técnicos enquadráveis na proposta.



4.III - Fonte de Recursos para Custeio das Operações

Para cumprir com os compromissos estabelecidos no Programa Gestão Governamental, a Desenbahia recorre aos seus Recursos Próprios (RP) e aos recursos disponíveis no mercado nacional para repasse. Com os recursos do Fundese, a Desenbahia também realiza operações de crédito e, neste caso, as operações contratadas compõem a carteira do fundo e colaboram para que o fundo contribua com os programas de Governo.

Ao longo do exercício de 2022, a Desenbahia liberou R\$ 229,6 milhões, utilizando recursos que compõem a sua carteira: com RP, as liberações somaram R\$ 58,1 milhões; com os recursos provenientes do Sistema BNDES/Finame, os desembolsos totalizaram R\$ 72,9 milhões; com o Fundo Geral do Turismo – Fungetur e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé, as liberações foram de R\$ 1,6 milhão e R\$ 2,4 milhões, respectivamente.

Com os recursos do Fundese, as liberações alcançaram de R\$ 94,5 milhões e foram direcionadas prioritariamente para as operações de microcrédito e de financiamento a projetos estruturantes da economia baiana.

No que se refere ao número de liberações, dos 10,1 mil desembolsos realizados com recursos da Desenbahia (inclusive repasses) e do Fundese, parcela significativa foi para operações de microcrédito. Considerando apenas as liberações para contratos de microcrédito, 4,6 mil foram realizadas com recursos do Fundese, e 2,7 mil, com recursos da carteira Desenbahia.



4.IV – Outras Atividades de Fomento

Além da concessão de crédito e da gestão de fundos, a Desenhahia ainda executa outras atividades importantes de fomento social e econômico da Bahia, a exemplo da operacionalização do pagamento das contraprestações públicas em contratos de Parceria Público-Privada (PPP), que a Desenhahia realiza mensalmente. Em 2022, a Desenhahia realizou o pagamento das contraprestações de seis projetos de PPP contratados pela Administração Direta do Estado da Bahia, sempre em conformidade com o que rege a Lei Estadual nº 11.477, de 01 de julho de 2009, e o Contrato SF/OS/PPP/01/10 celebrado entre o Estado da Bahia, a Desenhahia e o Banco do Brasil, em 25 de maio de 2010.

Após a execução do evento em versão “Digital Experience” em 2021 em função da pandemia da novo coronavírus, em 2022 a Bahia Farm Show, maior feira de agronegócio do Norte e Nordeste do Brasil, aconteceu novamente em modelo presencial com grande público. Como parceira e patrocinadora do evento, a Desenhahia teve participação direta na Feira com seu stand, ofertando aos produtores rurais soluções financeiras, assim como, através de publicidade exibida tanto durante todo evento.



5. METAS RELATIVAS AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

5.1 Plano de Negócios

No Plano de Negócios para 2022, foram definidas as seguintes metas para o exercício:

Otimiza ERP: A meta envolve a implantação de um Sistema Integrado de Gestão, mais conhecido por ERP - Enterprise Resource Planning. Através desse sistema, dezenas de outros sistemas passam a ficar integrados, com o benefício da modernização em vários casos, e unificação de linguagem no geral. Iniciado em 2019, o projeto Otimiza ERP tinha previsão de conclusão da primeira etapa em meados de 2021, e a última em abril de 2022. Diante da relevância estratégica do projeto, ele permaneceu figurando no Plano de Negócios de 2022, para melhor acompanhamento da alta administração, e em decorrência de reprogramações no calendário de entregas devido à atrasos no projeto.

Performance: Trata-se de um projeto já em andamento, que busca gerar insumos para identificação de competências necessárias a serem capacitadas aos colaboradores, fomentando a cultura de conhecimento difundido, em detrimento do conhecimento tácito. A ação tem como uma de suas saídas a criação de indicadores de desempenho individuais para os funcionários, gerando insumos para que seja realizada de forma efetiva uma Política de Gestão de Pessoas, buscando-se atingir a plenitude da capacidade operacional do quadro da Desenhahia.

Reformulação das Linhas de Microcrédito: Com vistas à modernização do processo operacional e a conquista de economias de escala, a meta de reformulação das linhas do Programa Credibahia concede benefícios a todos

Políticas Públicas e de Governança Corporativa



os envolvidos, particularmente o público-alvo do programa. A principal ação é a automação das operações com o recebimento de documentos digitalizados.

Resultados: Duas das três metas foram alcançadas, cumprindo os seus respectivos cronogramas.

5. II Programa de Governo – Linhas de Financiamento

A Desenbahia, através dos recursos da sua carteira e da carteira do Fundese, que são disponibilizados ao público-alvo por meio de linhas de crédito, contribui com a consecução do Programa Gestão Governamental estabelecido no Plano Plurianual 2020-2023 do Governo do Estado da Bahia. A seguir, as principais linhas de crédito ofertadas pela Agência em 2022.

Carteira Operações de Crédito da Desenbahia:

BNDES

- 1. BNDES Crédito Pequenas Empresas** – linha destinada a apoiar as micro, pequenas e médias empresas por meio da concessão de empréstimo visando a manutenção e/ou a geração de empregos.
- 2. BNDES Automático** – linha que objetiva financiar, por meio de repasse de recursos do BNDES, projetos de investimento relacionados às atividades de implantação, ampliação, recuperação e modernização de empreendimentos.
- 3. BNDES Finame** – linha que visa financiar a aquisição e comercialização de máquinas, equipamentos, sistemas industriais, componentes e bens de informática e automação credenciados no Credenciamento de



Fornecedores Informatizado – CFI do BNDES, bem como a aquisição de outros bens industrializados, novos, de fabricação nacional.

4. **BNDES Finame – Baixo Carbono** – linha destinada a financiar a aquisição e comercialização de sistemas de geração de energia solar e eólica, aquecedores solares, ônibus e caminhões elétricos, híbridos e movidos exclusivamente a biocombustível e demais máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética ou que contribuam para redução da emissão de gases de efeito estufa.
5. **BNDES Fundo Clima – Máquinas e Equipamentos Eficientes** – linha destinada a financiar a aquisição e a produção de máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética ou que contribuam para redução de emissão de gases de efeito estufa.
6. **ABC (Agricultura de Baixo Carbono)** – linha que objetiva reduzir o desmatamento e emissões de gases de efeito estufa, aumentar a produção em bases sustentáveis, adequação à legislação ambiental, ampliar a área de florestas cultivadas e recuperar áreas degradadas.
7. **Crédito agropecuário Empresarial de Custeio** – Linha para atendimento das despesas normais do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, e de exploração pecuária.
8. **Crédito agropecuário Empresarial de Investimento** – Linha de crédito para inversões fixas e semifixas em bens e serviços relacionados com a atividade agropecuária.
9. **Inovagro** – linha destinada a apoiar investimentos necessários à incorporação de inovação tecnológica nas propriedades rurais, visando o aumento da produtividade, à adoção de boas práticas agropecuárias e de



gestão da propriedade rural, e à inserção competitiva dos produtores rurais nos diferentes mercados consumidores.

10.Moderagro – linha que objetiva apoiar os setores de produção, beneficiamento, industrialização, acondicionamento e armazenamento de produtos; fomentar ações relacionadas à defesa animal; e apoiar a construção e ampliação de instalações para guarda de máquinas e implementos agrícolas e estocagem de insumos agropecuários.

11.Moderfrota – linha destinada a financiar a aquisição de itens novos, isoladamente ou não, quais sejam: tratores e implementos associados, colheitadeiras e suas plataformas de corte, equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café, e máquinas agrícolas autopropelidas para pulverização e adubação.

12.PCA (Construção e Ampliação de Armazéns) – linha destinada a apoiar investimentos necessários à ampliação, modernização, reforma e à construção de novos armazéns destinados à guarda de grãos, frutas, tubérculos, bulbos, hortaliças, fibras e açúcar.

13.Proirriga – linha que objetiva apoiar o desenvolvimento da agropecuária irrigada sustentável, econômica e ambientalmente, fomentar o uso de estruturas para a produção em ambiente protegido, e proteger a fruticultura em regiões de clima temperado contra a incidência de granizo.

14.Pronamp Custeio – Linha destinada a promover o desenvolvimento das atividades rurais produtivas dos médios produtores rurais, por meio de crédito para custeio.

15.Pronamp Investimento – linha que visa promover o desenvolvimento das atividades rurais dos médios produtores rurais, por meio de crédito



para inversões fixas e semifixas em bens e serviços relacionados com a atividade agropecuária.

16.BNDES Crédito Rural – linha destinada a financiar projetos de investimento, aquisição de máquinas e equipamentos, bem como custeio, relacionados a atividades agropecuárias.

FUNGETUR

17.Fungetur – Capital de Giro – linha que visa financiar demandas de capital de giro de empresários do turismo na Bahia, contribuindo para o desenvolvimento sustentável desse setor e de cadeias produtivas correlacionadas.

18.Fungetur – Investimento – linha destinada a financiar obras civis para implantação, ampliação, reforma ou modernização de empresários do turismo na Bahia, contribuindo para o desenvolvimento sustentável desse setor e de cadeias produtivas correlacionadas.

19.Fungetur – Aquisição de Bens – linha que objetiva financiar demandas de aquisição de bens de empresários do turismo na Bahia, contribuindo para o desenvolvimento sustentável desse setor e de cadeias produtivas correlacionadas.

20.Fungetur CrediMais – linha destinada a apoiar as atividades produtivas das empresas baianas do setor turístico, através de financiamento de capital de giro no valor máximo de R\$ 50 mil.

RECURSOS PRÓPRIOS



- 21.Credilotéricas** – linha que visa aumentar a eficiência e a segurança para o adequado funcionamento das casas lotéricas, através de apoio financeiro, na forma de capital de giro.
- 22.DB CrediMais** – linha destinada a apoiar as atividades produtivas das empresas baianas, através de financiamento de capital de giro no valor máximo de R\$ 50 mil.
- 23.DB CrediMais FGI PEAC** – linha que objetiva amparar as operações de capital de giro de valores até R\$ 50 mil, com outorga de garantia pelo Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito – PEAC.
- 24.DB FGI PEAC Especial** – linha que visa aumentar a produção, o emprego e a renda, através de apoio financeiro, na forma de capital de giro, para os clientes da Desenhahia, com outorga de garantia pelo Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito – PEAC.
- 25.DB Giro** – linha que objetiva aumentar a produção, o emprego e a renda, através de apoio financeiro, na forma de capital de giro.
- 26.DB Giro FGI PEAC** – linha que objetiva aumentar a produção, o emprego e a renda, através de apoio financeiro, na forma de capital de giro, com outorga de garantia pelo Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito – PEAC.
- 27.DB Máquinas FGI PEAC** – linha que visa financiar a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais ou importados para empreendimentos nos setores de indústria, comércio e serviços, com outorga de garantia pelo Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito – PEAC.



- 28.DB Investimento** – linha destinada a financiar a implantação de empresas e a ampliação, reforma, modernização, manutenção, realocização e diversificação da produção das já existentes; e investimentos no setor de infraestrutura de transportes e logística.
- 29.DB Máquinas** – linha destinada a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais ou importados para empreendimentos nos setores de indústria, comércio e serviços do Estado da Bahia.
- 30.DB Rural Custeio** – linha que visa apoiar os empreendimentos agropecuários, através da concessão de crédito voltado para custeio.
- 31.DB Rural Pré-Custeio** – linha destinada a apoiar os empreendimentos agropecuários, através da concessão de crédito voltado para custeio à aquisição antecipada de insumos.
- 32.DB Rural Máquinas** – linha destinada a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos, nacionais ou importados, destinados à atividade agropecuária.
- 33.Municípios - Infraestrutura** – linha destinada a financiar o aprimoramento de infraestrutura urbana dos municípios baianos, através de projetos que tenham como objetivo contribuir para a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida da população.
- 34.Municípios Sustentáveis** – linha destinada a financiar projetos sustentáveis que promovam: a redução de emissões de gases efeito estufa e o aumento da eficiência energética por meio de práticas que reduzam o impacto sobre o meio ambiente; e o aumento da eficiência dos serviços e da infraestrutura urbana, através do uso da tecnologia, visando a melhoria da qualidade de vida da população.



35.Municípios - Máquinas e Equipamentos – linha destinada a apoiar os municípios baianos, através de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos, que tenham como objetivo contribuir para a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida da população.

36.CrediBahia 1º Piso – linha que objetiva ampliar a oferta de crédito produtivo para os pequenos negócios, através de financiamento direto a microempreendedores, possibilitando a manutenção e a ampliação das alternativas de trabalho para a parcela de menor renda da população, que tem maiores dificuldades de acesso ao crédito em instituições financeiras.

FUNCAFÉ

37.Funcafê Custeio – linha destinada a financiar os empreendimentos agropecuários, através da concessão de crédito voltado para o custeio da safra de café.

38.Funcafê Capital de Giro – linha destinada a financiar capital de giro para cooperativa de produção, para indústria de café solúvel e de torrefação de café.

FINEP

39.Finep Inovacred – linha destinada a financiar investimentos em inovação para a introdução de novos produtos, processos, serviços, marketing ou novo método organizacional, bem como o aperfeiçoamento dos já existentes visando ampliar a competitividade da economia baiana.



Carteira de Operações de Crédito do FUNDESE:

1. **Credifácil Giro** – linha destinada a financiamento de capital de giro para micro e pequenas empresas ou empresários individuais.
2. **Giro Especial – Saúde** – linha que visa suprir as necessidades de capital de giro durante o processo de reestruturação de hospitais no Estado da Bahia. São beneficiárias as empresas atuantes na área de prestação de serviços hospitalares, credenciadas à Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – PLANSERV.
3. **Credifácil Giro Saúde - Planserv** – linha destinada a financiamento de capital de giro para empresas atuantes na área de prestação de serviços para saúde, filantrópicas ou não, privadas, credenciadas à Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – Planserv.
4. **Prodese Infraestrutura** – linha destinada a financiar a implantação, ampliação, reforma, modernização, manutenção e realocação de empreendimentos de fornecimento de serviços de infraestrutura, relacionados com a geração e distribuição de energia de fontes convencionais, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações, instalação de gasodutos e produção de gás.
5. **Prodese Indústria, Comércio e Serviços** – linha que objetiva financiar a implantação de empresas e a ampliação, reforma, modernização, manutenção, realocação e diversificação da produção das já existentes.
6. **Prodese Saúde - Planserv** – linha destinada a financiar investimentos fixos e ampliação, reforma, modernização, manutenção e diversificação de produtos/serviços de empresas filantrópicas e não filantrópicas



prestadoras de serviço na área de saúde, credenciadas à Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – Planserv.

7. **Credimáquinas** – linha destinada a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos nos setores da indústria, comércio, serviços e atividade agropecuária do Estado da Bahia.
8. **Giro Fundese** – linha que tem por finalidade suprir necessidades transitórias de capital de giro para médias e grandes empresas com investimentos estratégicos no Estado da Bahia.
9. **Coopergiro** – linha que objetiva apoiar o cooperativismo no estado da Bahia, através de financiamento de capital de giro para cooperativas agroindustriais.
10. **Credipesca** – linha destinada a apoiar o fortalecimento da cadeia produtiva da aquicultura continental, através de financiamentos a unidades de produção para criação de peixes em tanque-rede.
11. **Credirural Investimento Fixo** – linha destinada a apoiar o desenvolvimento da agricultura baiana, mediante o financiamento de investimentos fixos e semifixos.
12. **CrediBahia 1º Piso** – linha que objetiva ampliar a oferta de crédito produtivo para os pequenos negócios, através de financiamento direto a microempreendedores, possibilitando a manutenção e a ampliação das alternativas de trabalho para a parcela mais pobre da população, que tem maiores dificuldades de acesso ao crédito em instituições financeiras.
13. **CrediBahia 2º Piso** – linha destinada a financiar instituições de microcrédito, buscando o fortalecimento e a ampliação de uma rede de agências capaz de propiciar crédito aos microempreendedores.



- 14. Protáxi** – linha que objetiva apoiar a renovação da frota de veículos em circulação, aumentar a satisfação dos usuários dos serviços de táxi do estado, fortalecer as entidades representativas do segmento, reduzir o impacto ambiental da atividade através da redução de emissão de poluentes e promover maior segurança no trânsito.
- 15. Transporte Escolar** – linha que objetiva apoiar, através de financiamento, as iniciativas dos permissionários de transporte escolar, vinculados a cooperativa de trabalho ou órgão de classe, para renovação da frota em circulação, nas cidades abrangidas pelo Programa.
- 16. Capitalização de Cooperativas de Crédito** – linha que visa fortalecer a estrutura patrimonial de cooperativas singulares de crédito repassadoras de microcrédito, localizadas na Bahia, bem como as respectivas cooperativas centrais às quais estão filiadas ou pelas quais estão sendo assistidas, através de concessão de financiamento de aquisição de cotas-partes pelos cooperados.
- 17. CrediMais** – linha destinada a apoiar as atividades produtivas das empresas baianas, através de financiamento de capital de giro no valor máximo de R\$ 50 mil.
- 18. Linha de Crédito Emergencial para Enfrentamento à Situação de Calamidade Pública** – linha criada com o objetivo de apoiar, através da concessão de financiamentos, os comerciantes e prestadores de serviços atingidos por desastres naturais decorrentes das chuvas que acometeram o Estado da Bahia no mês de dezembro de 2021, nos Municípios em Estado de Calamidade Pública ou Emergência decretados.

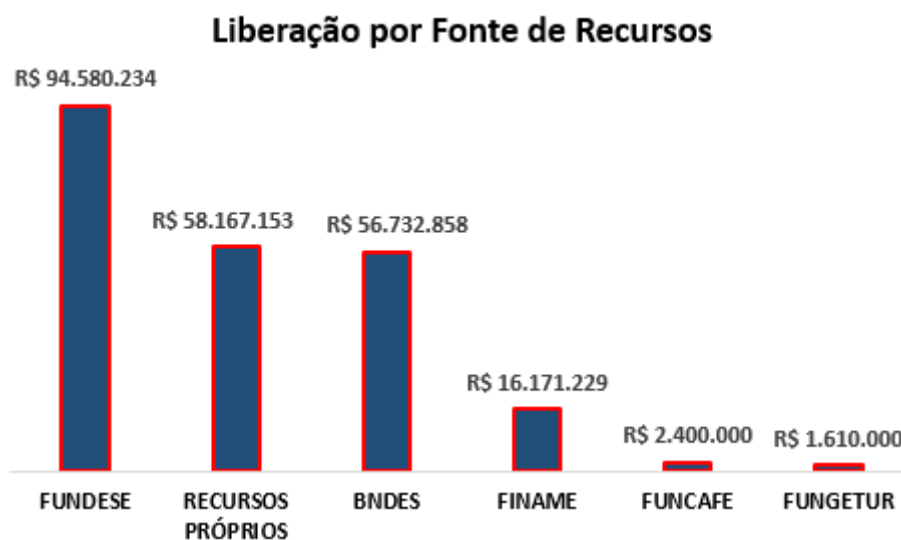


É importante esclarecer que, seja com recursos da carteira Desenbahia, seja com recursos da carteira do Fundese, a Agência oferta um volume de linhas de financiamento maior que o comprometido com as metas do Programa Gestão Governamental (PPA 2020-2023). A oferta de uma linha não significa necessariamente que o mercado tenha interesse por ela a qualquer tempo e, assim, é possível que, em um exercício, as liberações ocorridas não estejam amparadas por todas as linhas ativas. O fundamental é que a Agência tenha capacidade de perceber as necessidades do setor produtivo baiano e busque desenvolver soluções adequadas que atendam a essas necessidades, mesmo que essas soluções não sejam requisitadas todo o tempo.

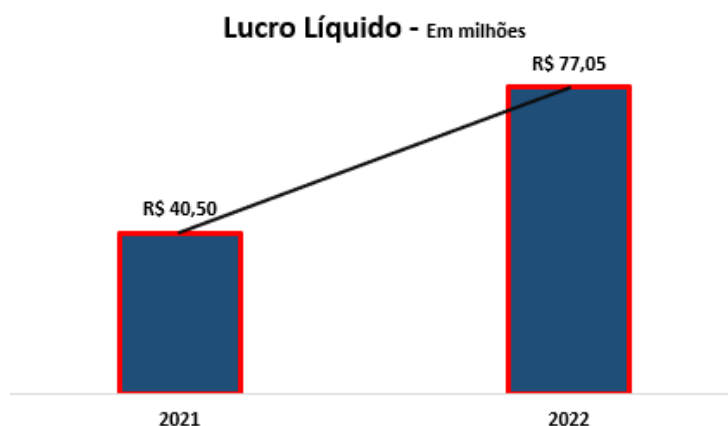


6. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Considerando as duas carteiras que administra, a da Desenbahia e a do Fundese, a Agência liberou R\$ 229,6 milhões através de 10,1 mil operações de crédito no exercício de 2022. O setor privado foi beneficiado com 91,0% do volume financeiro total das liberações, ficando para o segmento da administração pública (operações com municípios) 9,0% desse total.



No que se refere ao resultado econômico-financeiro, a Desenbahia apurou lucro líquido de R\$ 77,05 milhões em 2022, resultado que excede em mais de 90,0% ao obtido em 2021.

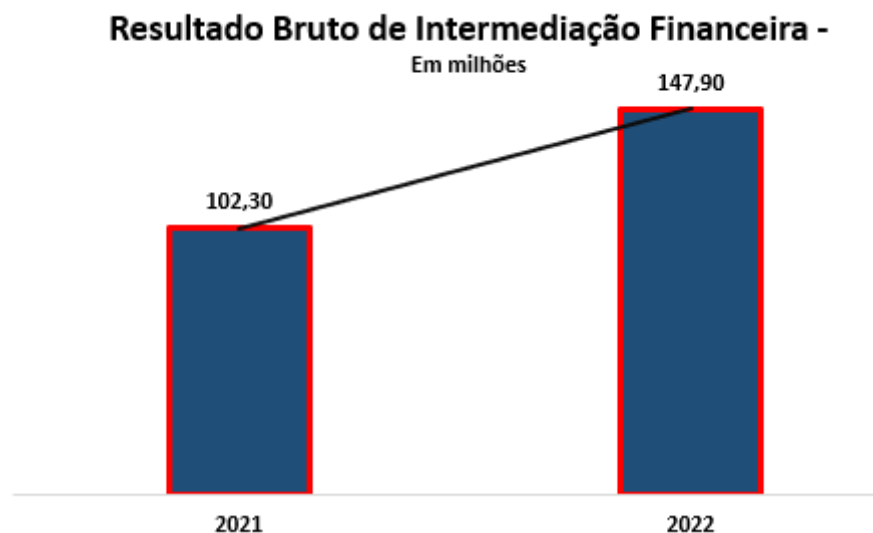




A receita de intermediação foi de R\$ 204,1 milhões, com oscilação positiva de aproximadamente 48,0% ante 2021. Em decorrência da manutenção da taxa básica de juros em patamares elevados, houve crescimento na ordem de 3,3 vezes das receitas de títulos e valores mobiliários, que somaram R\$ 44,7 milhões. A receita com recuperação de créditos alcançou R\$ 47,6 milhões, com aumento de 73,8% frente a 2021.

As despesas da intermediação financeira somaram R\$ 56,2 milhões, com aumento de 55,9% sobre o realizado no comparativo ao ano anterior. Desse montante do grupo, há destaque para as despesas de obrigações por repasses com R\$ 35,1 milhões e acréscimo porcentual de 51,4% em comparação a 2021. Tal aumento também é ocasionado devido à elevação da taxa Selic, visto a utilização da taxa como índice para diversas linhas ofertadas.

O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 147,9 milhões, 44,5% superior ao exercício de 2021.



O grupo ‘outras receitas operacionais’ somou R\$ 50,2 milhões, superando na ordem de 70,4% o ano anterior, com destaque para receita de prestações de serviços (aumento de 65,9%), justificado pela elevação na receita com administração de fundos.

Políticas Públicas e de Governança Corporativa



Já o grupo ‘outras despesas operacionais’ totalizou R\$ 95,7 milhões, com elevação no patamar de 9,9% em relação ao mesmo período de 2021. Apesar das despesas de pessoal e administrativas terem permanecido em níveis aceitáveis, é importante frisar que atualizações como dissídio e prestações de serviços de naturezas diversas estão atrelados a índices como INPC, IPCA e IGP-M, o que corrobora para o aumento do valor deste grupo de despesas em análise comparativa ao exercício anterior. Sobre a rubrica de despesas tributárias, se faz necessário explicar que o aumento de 48,2%, comparado a 2021, é atribuído ao crescimento da receita de intermediações financeiras e das outras receitas operacionais, sob as quais incidem tributos contabilizados.

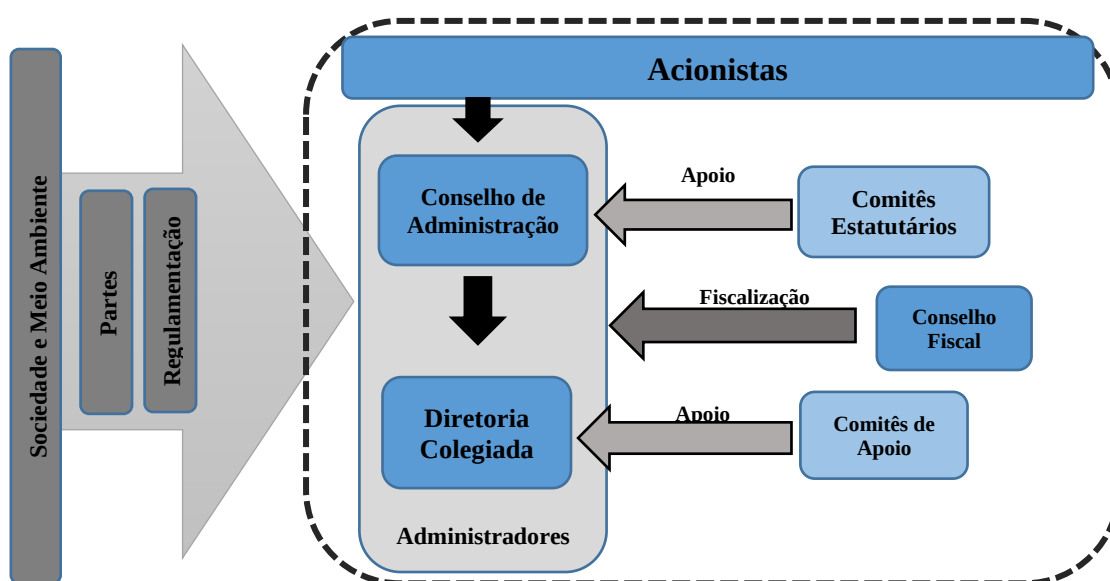
O resultado operacional ficou em R\$ 102,3 milhões, com razão comparativa 2,2 vezes a verificada no período de 2021.

O lucro líquido, conforme dito previamente, acompanhou o resultado operacional, crescendo 90% frente ao exercício anterior e chegando a R\$ 77,05 milhões.

7. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

7. I – Governança

A Desenhahia mantém a seguinte estrutura de Governança:



Por se tratar de sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica, com relevante interesse coletivo, estabelecido no Estatuto Social, a Desenhahia atua visando atender aos interesses da sociedade e todas as demais partes interessadas, cumprindo a regulamentação pertinente. Desta forma, os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Colegiada) executam os planos de acordo com as demandas dos acionistas, sendo assessorados pelos comitês estatutários e os comitês de apoio, e fiscalizados pelo Conselho Fiscal.

Contam ainda com o apoio da Secretaria de Governança (SEG), que tem o importante papel de auxiliar os Agentes de Governança no cumprimento da legislação vigente, da Auditoria Interna (AUD) e da Gerência de *Compliance*



e Risco (GCR), dentro de suas atribuições, conforme estabelecido no Manual de Organização – MOR.

Em 2022, amparada pela Lei Federal nº 13.303/2016 e outros normativos do Banco Central, a Desenhahia deu continuidade às ações de fortalecimento da sua estrutura de governança e buscou se alinhar com as melhores práticas do segmento. Alguns avanços merecem destaque como a implementação de controles internos para a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) assim como a implementação da nova política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. A administração da instituição não passou por mudanças nesse ano, tendo os Conselheiros e Diretores da Desenhahia pautado sua atuação na transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Destaca-se que o Conselho de Administração conta com dois conselheiros independentes e um representante dos empregados e que se encontram em funcionamento os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, a saber: Comitê de Elegibilidade, Comitê de Remuneração e Comitê de Auditoria.

Todos os Administradores participaram de treinamento, conforme exigido pela Lei nº 13.303/2016, contemplando o seguinte conteúdo:

- Visão, Missão e Valores – Planejamento Estratégico
- Legislação Societária e Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013
- Processo de Financiamento
- Principais Linhas de Financiamento
- Divulgação de Informações
- Código de Ética e Conduta
- História da Desenhahia
- Gestão de Fundos
- Gestão de Pessoas



- Controle Interno/Gestão de Riscos e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Terrorismo - PLD
- Responsabilidade Socioambiental

Todas as responsabilidades e orientações de conduta para os Administradores e Agentes de Governança, estão no Manual de Governança Corporativa – MGC, que tem a seguinte estrutura:

MANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - MGC	
CAPÍTULO I	Princípios, diretrizes e estrutura de governança
CAPÍTULO II	Estrutura societária
CAPÍTULO III	Indicação, sucessão e remuneração dos administradores e conselheiros
CAPÍTULO IV	Administração
CAPÍTULO V	Conselho Fiscal e Comitês Estatutários
CAPÍTULO VI	Regimento Interno dos Comitês
CAPÍTULO VII	Secretariado de Governança
CAPÍTULO VIII	Política de Transações com Partes Relacionadas
CAPÍTULO IX	Ouvidoria e Comissão de Ética

Todos os manuais mencionados são disponibilizados na Intranet e, quando aplicável, também no site da Desenhahia.

Estruturas de controles internos

O objetivo do sistema de controles internos é garantir o efetivo gerenciamento dos riscos internos e externos à Agência e assegurar a eficiência e eficácia das operações, bem como a qualidade e integridade no registro das transações, além de proporcionar confiabilidade no preparo das demonstrações financeiras.

O sistema de controles internos visa, ainda, ampliar a garantia de que a organização está em conformidade com a legislação e normativos aplicáveis,



ponto em que tem relação direta com a gestão do risco de conformidade (*Compliance*).

A estrutura que compõe o processo de gestão de riscos operacionais e controles internos envolve:

1ª linha de defesa: todas as unidades de negócio, uma vez que executam, no dia a dia, as atividades de controles e implementam as ações de melhorias nas estruturas de controles que mitigam os riscos.

2ª linha de defesa: a Gerência de *Compliance* e Risco (GCR) e a Unidade de Controles Internos e *Compliance* (UCC), que são as áreas responsáveis por gerir o processo “Gerir Risco Operacional” e “Gerir Risco de Conformidade”.

Conta com o apoio de órgãos auxiliares, tais como o Comitê de Risco e Segurança da Informação (CRS) e a Controladoria Jurídica.

A Diretoria de Administração e Finanças (DAF), a Diretoria Colegiada (DCO) e o Conselho de Administração (CAD) são conjuntamente responsáveis por definir as diretrizes e políticas, bem como aprovar a estrutura, metodologias e modelos, apoiar no programa de disseminação da cultura de gestão de riscos e deliberar sobre as ações adotadas para sanar as deficiências encontradas nos exames efetuados.

3ª linha de defesa: a Auditoria Interna (AUD) e o Comitê de Auditoria (CAE) são responsáveis por auditar o processo de gestão de riscos e os demais processos da Agência.



7.II - Gerenciamento de Riscos e de Capital

A Desenhahia adota um modelo de gestão integrada dos riscos e de controle interno, tendo como referência a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central. Além do conjunto de normas publicadas pelo CMN, dão suporte à Gestão de Riscos as políticas internas que definem sua estrutura e os procedimentos adotados.

O Gerenciamento de Riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos a que a instituição está exposta. Considera-se como mais relevantes na gestão os riscos de crédito: concentração, de liquidez, operacional e de mercado, além da gestão de capital.

Desde 2017, quando da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.557, a Desenhahia alterou de forma significativa sua estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, estando desde então de forma integrada, sendo refletido nas políticas, diretrizes e rotinas, assim como estrutura de governança corporativa.

Risco de crédito

A gestão do risco de crédito da Desenhahia visa avaliar, acompanhar e monitorar o risco global da carteira de empréstimos e a classificação de risco das operações de crédito, através da aplicação de metodologias compatíveis com as melhores práticas de mercado, utilizando modelos confiáveis de mensuração dos níveis de exposição ao risco de crédito, bem como estabelecendo uma política de limites e alçadas em conformidade com as boas práticas da governança corporativa.



Os modelos adotados pela Agência acompanham as disposições contidas nas Resoluções CMN nº 4.557/2017, e nº 2.682/1999, e assegura que o risco global da carteira de empréstimos seja monitorado, controlado, e acompanhado através do saldo contábil; dos cálculos da taxa de inadimplência e índice de atraso; dos índices de provisão; qualidade da carteira (*rating*) e maiores saldos em atraso. Os resultados obtidos na análise de risco da carteira subsidiam a tomada de decisão por parte da alta administração na melhor alocação de recurso e possíveis mudanças no apetite por risco.

Risco de Concentração

O risco de concentração é definido na Resolução CMN nº 4.557/2017 como a possibilidade de perdas associadas a exposições significativas:

- a uma mesma contraparte;
- a contrapartes com atuação em um mesmo setor econômico, região geográfica ou segmento de produtos ou serviços;
- a contrapartes cujas receitas dependam de um mesmo tipo de mercadoria (*commodity*) ou atividade;
- a instrumentos financeiros cujos fatores de risco, incluindo moedas e indexadores, são significativamente relacionados;
- associadas a um mesmo tipo de produto ou serviço financeiro; e
- cujo risco é mitigado por um mesmo tipo de instrumento.

A Desenbahia analisa mensalmente e semestralmente o comportamento da carteira Desenbahia no que tange à concentração das operações de crédito por mutuário, setor econômico e território de identidade, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a Políticas Públicas e de Governança Corporativa



possibilidade de perdas associadas às exposições sujeitas ao risco de concentração da carteira de crédito da Agência.

Risco de Liquidez

A Desenhbahia dispõe de política de gerenciamento de liquidez adotada com base na Resolução CMN nº 4.447/2017. O risco de liquidez da Agência decorre da possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A estratégia adotada pela Agência para o gerenciamento do risco de liquidez é composta dos seguintes pontos:

- Controle das disponibilidades e monitoramento das previsões de entradas e saídas de recursos, de modo a antecipar potenciais necessidades de caixa;
- Manutenção da Reserva de Liquidez, constituída de Reserva Obrigatória e Reserva Contingencial.

Caso a Agência apresente situações de crise de liquidez, que acarretem significativa redução dos níveis de reserva, ações de contingências serão realizadas, contemplando medidas de caráter preventivo e/ou corretivo, com determinação de prazos e responsabilidades para corrigir a situação.

Risco Operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a



sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A metodologia adotada reflete o contínuo aprimoramento da gestão de riscos e controles internos da Agência e procura assegurar que:

- Os riscos inerentes às atividades sejam identificados, avaliados e controlados, bem como mantidos nos níveis e limites aceitáveis, definidos pela alta administração;
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, minimizando os custos associados a riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias;
- As recomendações sejam devidamente implementadas com o objetivo de minimizar o risco operacional de os procedimentos estarem em não-conformidade com as leis e os regulamentos (internos e externos), especialmente nos casos em que haja exposição a multas e/ou sanções de órgãos reguladores;
- Os objetivos estratégicos da Agência sejam atendidos, bem como os critérios regulamentares vigentes.

Risco de Mercado

O risco de mercado decorre da probabilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. O gerenciamento do risco de mercado da Desenbahia tem por objetivo auxiliar a Agência na definição de estratégias de atuação para a otimização de resultados e apresentação das posições mantidas pela



Agência, bem como no estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

Desde o início de 2022, a Desenhahia adota o índice de cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) como metodologia utilizada para quantificação da exposição ao risco de mercado.

O cálculo do IRRBB decorre da avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária a partir da apuração do Delta NII, seguindo a orientação da Circular Bacen nº 3.876/2018.

Risco social, ambiental e climático

A Desenhahia entende que o seu desempenho social, ambiental e climático está diretamente ligado ao seu negócio principal: a concessão de crédito. Portanto, o crédito responsável é considerado um item indispensável na Gestão de Riscos, pois eventuais falhas nesta parte da análise poderiam trazer danos à Agência e seus stakeholders.

Com isso, a gestão de riscos atrelados ao tema social, ambiental e climático está relacionada à gestão da possibilidade de ocorrência de perdas da Desenhahia decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Para tanto a matriz social, ambiental e climática analisa o setor de atividades financiadas, tipo de operação e complexidade da operação de crédito, e parametriza o apetite por risco da instituição.

Gerenciamento de capital

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/2017, a Desenhahia definiu sua política de gerenciamento de capital com o objetivo de monitorar Políticas Públicas e de Governança Corporativa



e controlar o capital da Agência para mantê-lo compatível com as atividades desenvolvidas e com o perfil de riscos da Instituição, além de atender aos critérios regulamentares vigentes.

Para avaliação e monitoramento do capital foram adotadas como medidas o Patrimônio de Referência (PR) que corresponde ao capital à disposição da Agência e as parcelas dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), representado pelo montante de capital necessário à cobertura das suas necessidades para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer frente aos riscos incorridos seja em situações normais ou em condições extremas de mercado.

Dentro do contexto, é avaliada a adequação da estrutura de capital às necessidades da Agência e aos limites exigidos pelo BACEN, cujas apurações têm como base as Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de patrimônio e adicional de capital principal compatível com os riscos, representado pelo Ativo Ponderado pelo Risco (RWA).

7.III – Limites Operacionais e de Appetite por Risco

O Conselho Monetário Nacional, através do BACEN, estabeleceu em 2013, por meio das Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras. Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III.

Ademais, a Resolução CMN nº 4.557/2017 solicita das instituições financeira a definição do apetite por risco.

Políticas Públicas e de Governança Corporativa



A Desenhahia encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente e nos limites de apetite por risco estabelecidos por seus Administradores.

O monitoramento do Apetite por Riscos é reportado aos administradores e orienta a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos.

7.IV – Fatores de Risco

Para desempenhar a sua missão e alcançar os objetivos, a Desenhahia elabora a cada cinco anos o Planejamento Estratégico. Nessa oportunidade, a organização reflete e identifica os diferentes tipos de riscos/ameaças, que são inerentes às atividades de uma instituição financeira não bancária. São levantados os riscos/ameaças aos quais a instituição está exposta e definidos seus níveis aceitáveis, sendo, para tanto, mantidos os controles efetivos para sua identificação, mensuração, mitigação, monitoramento e comunicação, além de gerenciá-los por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade, a prudência e a aderência aos requisitos legais aplicáveis.

Para riscos identificados como relevantes, a Desenhahia estabelece políticas e abordagens de monitoramento e reporte, conforme definido na sua Declaração de Apetite a Riscos (RAS) e estabelece, também, o Diretor de Administração e Finanças como responsável pelo gerenciamento de riscos (CRO).



8. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

8.I - Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos Administradores da Desenhahia adequa-se aos dispositivos legais referentes a empresas estatais e sociedades anônimas e aos normativos do BACEN.

O montante global de remuneração de diretores e do diretor-presidente é composta por parte fixa mensal, parte variável anual e benefícios.

A remuneração fixa dos diretores é constituída por honorários e verba de representação. O diretor-presidente recebe verba de representação, de natureza remuneratória, com valor equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor dos honorários mensais definidos para tal cargo. Para os demais diretores, a verba de representação, também de natureza remuneratória, possui valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos honorários definidos para o cargo.

A remuneração variável para Administradores da Desenhahia aplica-se apenas aos membros da diretoria, inclusive ao diretor-presidente, e é calculada em função do lucro do exercício e da variação contábil do Patrimônio Líquido da empresa, sem estabelecimento de metas específicas para cada diretoria, observado os parâmetros normativos pertinentes.

O montante global e individual da remuneração e demais benefícios concedidos aos integrantes da diretoria observam aos preceitos legais e são fixados anualmente pelo Conselho de Administração, por delegação da Assembleia Geral, para tanta convocada na forma da lei, em conformidade com o Estatuto Social da instituição.



A remuneração dos Administradores é divulgada no site da Desenhbahia, de acordo com o artigo 8º, inciso III, e artigo 12, inciso I da Lei Federal 13.303, de 30 de junho de 2016. Seguem os valores vigentes em 31/12/2022:

Cargo	Valor (R\$)			
	Presidente	Diretor	Conselho Administração	Conselho Fiscal
Honorários	16.216,00	15.315,00	4.680,00	2.340,00
Verba de Representação	9.730,00	7.658,00	---	---
Total	25.946,00	22.973,00	4.680,00	2.340,00

Fonte: <http://www.desenhbahia.ba.gov.br/desenbahia/transparencia/remuneracao-dos-administradores/>

Em atendimento à Lei 13.709/2018, informamos que os dados aqui publicados têm por finalidade o cumprimento de obrigações legais, conforme requisito previsto no art.7º, inciso II da referida Lei.

8.II - Remuneração dos Empregados

Os contratos do quadro de pessoal por prazo indeterminado da Desenhbahia são firmados com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A remuneração dos empregados é composta por parte fixa, representada por salários, anuênios e gratificações e parte variável, constituída por participação nos lucros e outros incentivos associados ao desempenho, aprovados pela Administração e constantes do Manual de Gestão de Pessoas da Desenhbahia.



Tabelas Salariais Setembro/2022

REFERÊNCIA	SALÁRIO BASE (R\$)		
	ANALISTA	ADVOGADO 8H – Acordo Coletivo	TÉCNICO
1	6.443,00	9.663,00	3.198,00
2	6.701,00	10.047,00	3.324,00
3	6.968,00	10.451,00	3.458,00
4	7.247,00	10.867,00	3.597,00
5	7.536,00	11.303,00	3.741,00

A política salarial praticada aos seus empregados também está divulgada no site da Desenbahia: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/desenbahia/governanca-corporativa/estatutos-e-politicas/>

OBSERVAÇÕES:

- As tabelas apresentam os primeiros 5 níveis da carreira, de um total de 20 referências.
- Qualquer empregado efetivo poderá alçar nova faixa salarial, desde que atendidos os critérios estabelecidos para a progressão salarial.
- A progressão salarial consiste na passagem de uma referência salarial para outra, no mesmo cargo, tendo como base o processo periódico de avaliação de desempenho.
- Os cargos na Desenbahia estão classificados entre Nível Ocupacional Técnico (médio) e Analista/Advogado 8h – Acordo Coletivo (superior).



9. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

O desempenho da Desenhahia em 2022 deve ser compreendido dentro do contexto econômico referente ao exercício em questão em conjunto com as demandas colocadas pelo principal acionista, o Estado da Bahia. Nesse sentido, seguem algumas considerações sobretudo no que tange a conjuntura econômica nacional e estadual e as ações oriundas das políticas públicas do Governo do Estado, para as quais a Desenhahia recorreu à sua expertise e capacidade técnica.

No cenário global, a possibilidade de uma recessão ainda perdura como factível. Os impactos do conflito militar envolvendo Rússia e Ucrânia têm sido grandes nas atividades econômicas, considerando o histórico de ambos os países como exportadores de commodities alimentícias e de fontes de energia. Como resposta ao crescimento inflacionário desde 2021, os bancos centrais vêm utilizado como dispositivo de arrefecimento, o aperto monetário através do aumento gradual da taxa básica de juros. Destaca-se o Banco Central Europeu e o norte-americano – o *Federal Reserve – FED*, que possuem forte impacto a nível global sempre que recorrem a esta ação. Os efeitos de tal política monetária contracionista são significativos para a performance da economia mundial, e trazem desdobramentos bastante desfavoráveis para países emergentes como o Brasil, mediante a contabilização de saídas líquidas de capital do país para *praças* que trazem maior conforto aos investidores em momentos de insegurança econômica.

Internamente, as variáveis macroeconômicas caminharam na mesma direção das observadas externamente: crescimento modesto do PIB; taxas de inflação que ultrapassaram as metas nos últimos anos; e aumento da taxa básica de juros. Analisando as expectativas das instituições e consultorias financeiras levantadas pelo Banco Central do Brasil, em relação a essas três Políticas Públicas e de Governança Corporativa



variáveis macroeconômicas (produto, inflação e juros), conclui-se que houve uma depreciação no resultados, em comparativo as projeções iniciais do exercício: no final de janeiro de 2022, as expectativas eram de crescimento anual do PIB brasileiro na casa de 4,5%; taxa de inflação anual (medida pelo IPCA) da ordem de 5,15%; e taxa Selic (final de ano) de 11,75% a.a. Ao término do exercício, os números obtidos foram de crescimento do PIB de 3,0% (no ano), IPCA de 5,79% (no ano) e taxa Selic de 13,75% a.a. no final de 2022.

Especificamente sobre a economia baiana, percebe-se um ambiente de negócios menos negativo que no passado recente decorrente da crise sanitária.

Sob esse cenário, a Desenbahia manteve-se fiel ao seu objetivo de apoiar novos negócios. Com os seus recursos e os do Fundese, foram 10,1 mil liberações realizadas no ano, que perfizeram um montante de R\$ 229,6 milhões de desembolsos. Também foi importante a atuação na renegociação de créditos, dilatando prazos, buscando dar melhores condições de pagamento aos clientes.

Na condição de administrador de fundos e prestadora de serviços de agenciamento financeiro, o Governo do Estado convocou a Desenbahia para, com os recursos do Fundese, atender às necessidades dos comerciantes e prestadores de serviços atingidos pelos desastres provocados pelas fortes chuvas que acometeram diversos municípios baianos no sul do estado em dezembro de 2021.

A campanha totalizou a liberação de R\$ 53 milhões, formalizados em 2,1 mil contratos, abrangendo 54 municípios atingidos pelas chuvas.



No que se refere ao resultado financeiro do exercício, foi obtido R\$ 77,05 milhões de lucro líquido. Tanto as operações de crédito, como as receitas de recuperação de crédito e de taxa de administração de fundos foram destaques para a obtenção do lucro supramencionado. É relevante observar a preocupação da Agência com a qualidade da carteira de crédito e o cuidado para renegociar operações, de modo a sempre ampliar a capacidade de ofertar novos créditos.

Para o ano de 2023, as expectativas são de um cenário econômico menos conturbado, e sem as incertezas políticas existentes em 2022. Com esse horizonte, a Desenhahia planeja ampliar a oferta de recursos para o financiamento do setor produtivo baiano, ao tempo em que expande, de forma segura e rentável, sua carteira de crédito.

Consolidando seu papel de braço financeiro do Governo da Bahia, a Agência se mantém disponível para contribuir cada vez mais com as políticas públicas estaduais, por meio da gestão de fundos e como prestadora de serviços de agenciamento financeiro.

Seja através da concessão de crédito, seja com a prestação de serviços técnicos especializados, o compromisso da Desenhahia com a sua missão permanece: *viabilizar soluções financeiras e técnicas que promovam o desenvolvimento sustentável e melhorem a vida da população baiana*

Salvador, ____ de abril de 2023.